A INTER-RELAÇÃO ENTRE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA E SAÚDE PÚBLICA: IMPACTOS NA GESTÃO DE PACIENTES GRAVES.

Maria Laura Acioli Barros[1]**;** Glenda Thanara Vieira dos Anjos Perete[1]; Luanna Ribeiro Mauro[1]; Maria Clara Domingos de Almeida[1]; Maria Clara Macena de Medeiros[1]; Maria Farias de Oliveira Vilar[1]; Nicolle Rocha de Araújo Paes[1]; Anansa Bezerra de Aquino[2].

[1]Discentes de medicina do Centro Universitário CESMAC, Maceió, AL, Brasil; [2]Docente do Centro Universitário CESMAC, Maceió, AL, Brasil.
*Email do primeiro autor: marialauraabrs@gmail.com
*E-mail: do orientador:anansaaquino@cesmac.edu.br

Introdução: A marginalização dos transtornos mentais, sem foco na reintegração social, está presente desde o período imperial. Diante disso, pacientes psiquiátricos necessitam de cuidados especializados, fundamentados em critérios clínicos, éticos e jurídicos, priorizando sua reinserção social e familiar por meio de uma abordagem integral e comunitária. **Objetivos**: Abordar a inter-relação entre saúde pública e internação psiquiátrica, analisando a importância dos serviços especializados. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com dados retirados da base Medline via PubMed, abrangendo os artigos publicados entre 2019 e 2024. Utilizou-se o operador booleano "AND" para os termos "Involuntary Treatment," "Psychiatric," e "Public Health." **Resultados:** Foram encontrados 126 estudos, dos quais 5 foram selecionados conforme os critérios de exclusão. Nesse contexto, a não internação psiquiátrica de pacientes graves deteriora seus quadros, sobrecarregando o Centro de Atenção Psicossocial e as famílias, dificultando ainda mais a reintegração dos afetados. **Conclusões:** A internação psiquiátrica, pautada em critérios clínicos e éticos é fundamental para evitar a piora dos quadros. A reintegração social e familiar, através de uma abordagem integral e comunitária, deve ser prioridade da saúde pública para aliviar a sobrecarga dos serviços especializados e das famílias.

Palavras-chave: Cuidados psiquiátricos. Atenção psicossocial. Abordagem integral

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORTES, H. M. Tratamento compulsório e internações psiquiátricas. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 10, p. s321–s330, 1 dez. 2010.

FREITAS, D. F. et al. Ethnic inequalities in involuntary admission under the Mental Health Act: an exploration of mediation effects of clinical care prior to the first admission. **The British Journal of Psychiatry**, v. 222, n. 1, p. 27–36, 25 out. 2022.

MARTINHO, S. M.; SANTA-ROSA, B.; SILVESTRE, M. Where the public health principles meet the individual: a framework for the ethics of compulsory outpatient treatment in psychiatry. **BMC Medical Ethics**, v. 23, n. 1, 25 jul. 2022.

MOLEÓN RUIZ, A.; FUERTES ROCAÑÍN, J. Psychiatrists' opinion about involuntary outpatient treatment. **Revista Española de Sanidad Penitenciaria**, v. 22, n. 1, p. 39–45, 12 mar. 2020.

TSENG, P.-Y. et al. Investigating Medical Cost and Mortality Among Psychiatric Patients Involuntary Admissions: A Nationwide Propensity Score-Matched Study. **Psychiatry Investigation**, v. 19, n. 7, p. 527–537, 25 jul. 2022.